

2. Uma cópia do relatório é submetido aos órgãos pertinentes da União para as acções apropriadas que serão tomadas no quadro dos seus respectivos mandatos.

3. A Comissão prepara e submete à Conferência, através do Conselho executivo, um relatório síntese sobre a implementação da presente Carta.

4. A Conferência toma medidas apropriadas visando resolver as questões levantadas no relatório.

Artigo 50º

1. Cada Estado parte pode submeter propostas de emenda ou de revisão da presente Carta.

2. As propostas de emenda ou de revisão são submetidas ao Presidente da Comissão que as transmite aos Estados membros, 30 dias após a sua recepção.

3. A Conferência, mediante e recomendação do Conselho executivo, examina propostas de emenda na sessão a seguir à notificação, à condição que os Estados membros tenham informado três (3) meses antes do início da Sessão.

4. A Conferência adopta as emendas ou revisões por consenso ou, na ausência deste, pela maioria de dois terços.

5. As emendas ou revisões entram em vigor após a sua aprovação por maioria de dois terços dos Estados membros.

Artigo 51º

1. O Presidente da Comissão e o depositário da presente Carta.

2. O Presidente da Comissão informa a todos os Estados partes da assinatura, ratificação, adesão, da entrada em vigor, das reservas e pedidos de emenda e aprovação destes pedidos.

3. A partir da entrada em vigor da presente Carta, o Presidente da Comissão regista-o junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, de acordo com as disposições do Artigo 102º da Carta das Nações Unidas.

Artigo 52º

Nenhuma das disposições da presente Carta deverá afectar as disposições mais favoráveis relativas a democracia, às eleições e à governação contidas na legislações nacionais dos Estados partes ou em qualquer outro tratado regional, continental e internacional em vigor nos Estados partes.

Artigo 53º

A presente Carta, foi redigida em quatro (4) exemplares originais, em línguas Árabe, Inglês Francês, e Português, fazendo as quatro versões igualmente fé, e será depositada junto do Presidente da Comissão que, por sua vez, transmitirá cópias autenticadas a cada Estado-membro signatários e ao Secretariado Geral das Nações Unidas.

Adoptada pela oitava sessão ordinária da conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia a 30 de Janeiro de 2007.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Regulamentar nº 21/2012

de 7 de Dezembro

O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional aprovado pela Resolução n.º 5/2011, de 17 de Janeiro, preconiza para as Forças Armadas de Cabo Verde uma “organização flexível e modular adequada aos modernos requisitos de empenho conjunto e combinado de forças privilegiando a interoperabilidade dos meios e, desejavelmente, com capacidades crescentes de projecção e sustentação, comando, controlo, comunicações e informações, de acordo com a situação e possibilidades do país.”

Nesse contexto, a Lei n.º 89/VI/2006, de 9 de Janeiro, que estabelece o Regime Geral das Forças Armadas, veio, no seu artigo 4º, estruturar as Forças Armadas em Órgãos Militares de Comando, Guarda Nacional e Guarda Costeira, definindo a Guarda Nacional como principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna de acordo com as suas missões específicas.

Torna-se, portanto, mister fixar as atribuições, competência e organização da Guarda Nacional à luz do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 30/2007, de 20 de Agosto, por forma a criar as condições institucionais para o cumprimento cabal das missões a ela cometidas, enquanto componente das Forças Armadas, pela Constituição e demais leis da República.

Com o presente diploma, essencialmente resultante da experiência acumulada de funcionamento operacional das Forças Armadas, e enriquecido pelo direito comparado, pretende-se, pois, dotar a Guarda Nacional de uma estrutura administrativa e operacional consentânea como o seu papel e lugar na estrutura da Instituição Militar Cabo-verdiana.

Cumprе salientar, no entanto, que o preenchimento dessa estrutura administrativa e operacional que se pretende erigir, processar-se-à essencialmente numa lógica ponderada de mobilidade de pessoal no seio das Forças Armadas.

Nestes termos,

Ao abrigo do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 30/ 2007, de 20 de Agosto; e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objecto

O presente diploma estabelece as atribuições, competência e organização da Guarda Nacional.

Artigo 2º

Guarda Nacional

A Guarda Nacional constitui a principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país,

através da realização de operações terrestres e em ambiente marítimo, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas.

Artigo 3º

Missões da Guarda Nacional

São missões da Guarda Nacional:

- a) Assegurar a defesa militar do País;
- b) Executar, no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;
- c) Prevenir e combater o terrorismo;
- d) Garantir a segurança dos órgãos de soberania e de outros objectivos estratégicos;
- e) Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, na segurança de pessoas e bens e na prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e a outras formas de criminalidade organizada;
- f) Participar no Sistema Nacional de Protecção Civil;
- g) Cumprir missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo país;
- h) Colaborar em tarefas relacionadas com a saúde pública, a protecção do meio ambiente, a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações; e
- i) Desempenhar outras missões de interesse público que especificamente lhe forem consignadas.

CAPÍTULO II

Organização geral

Secção I

Comando da Guarda Nacional

Artigo 4º

Natureza

1. O Comando da Guarda Nacional é o órgão ao qual incumbe assegurar a condução das operações específicas da Guarda Nacional, promover o aprontamento e garantir o apoio administrativo e logístico das unidades e meios operacionais que lhe estejam atribuídos.

2. O Comando da Guarda Nacional depende do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Artigo 5º

Atribuições

São atribuições do Comando da Guarda Nacional:

- a) Assegurar a definição e a actualização dos padrões de prontidão que as unidades e os meios operacionais devem cumprir;
- b) Garantir o aprontamento das unidades e outros meios operacionais que lhe estejam atribuídos;
- c) Identificar as necessidades de formação e promover a formação do pessoal;
- d) Gerir os recursos humanos atribuídos de acordo com as orientações superiormente definidas.
- e) Assegurar a gestão das unidades que lhe estejam atribuídas;

- f) Elaborar estudos sobre matéria da sua competência e propor medidas que visem aumentar a eficiência da Guarda Nacional;
- g) Planear, executar e supervisionar a segurança das unidades, infra-estruturas militares e áreas sensíveis, de acordo com as directivas superiores;
- h) Promover a conservação e manutenção das infra-estruturas da Guarda Nacional;
- i) Planear e executar as operações que lhe sejam submetidas, de acordo com as directivas e planos operacionais estabelecidos.

Secção II

Estrutura do Comando da Guarda Nacional

Artigo 6º

Estrutura orgânica

1. O Comando da Guarda Nacional compreende:
 - a) O Comandante;
 - b) O 2º Comandante;
 - c) O Centro de Operações da Guarda Nacional; e
 - d) A Direcção de Logística e Apoio de Serviços.
2. O Comando da Guarda Nacional dispõe de um Gabinete de Apoio.
3. Dependem do Comando da Guarda Nacional:
 - a) Os Comandos Territoriais;
 - b) A Unidade de Operações Especiais; e
 - c) Outras unidades e serviços atribuídos.

Artigo 7º

Comandante

1. O cargo de Comandante da Guarda Nacional é exercido por um Oficial Superior no activo e corresponde ao posto de coronel.

2. O Comandante da Guarda Nacional superintende na organização, administração, preparação, disciplina, eficiência e emprego da Guarda Nacional.

Artigo 8º

Competências do Comandante

Compete, em especial, ao Comandante da Guarda Nacional:

- a) Dirigir, coordenar e controlar a actividade operacional da Guarda Nacional, em conformidade com as directivas superiores;
- b) Conduzir as operações sob a sua responsabilidade;
- c) Exercer o comando das unidades atribuídas à Guarda Nacional;
- d) Coordenar e controlar as actividades e o funcionamento dos órgãos e unidades da Guarda Nacional;
- e) Assegurar a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros afectos à Guarda Nacional.
- f) Planear e assegurar a execução dos planos de actividades nos diversos níveis;

- g) Elaborar directivas, propostas, informações, e pareceres relativos à Guarda Nacional; e
- h) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas nos termos da lei.

Artigo 9º

2º Comandante

1. O 2º Comandante coadjuva o Comandante no exercício das suas funções e exerce as funções por este delegadas.
2. O 2º Comandante substitui o Comandante nas suas ausências e impedimentos.
3. O cargo de 2º Comandante corresponde ao posto de Tenente-coronel.
4. O 2º Comandante é, por inerência de funções, Chefe do Centro de Operações da Guarda Nacional.

Artigo 10º

Centro de Operações da Guarda Nacional

Ao Centro de Operações compete:

- a) Estudar e planear o emprego das forças;
- b) Planear e conduzir o treino operacional das forças;
- c) Planear e empregar forças e meios em situações de emergência e outras missões de interesse público que lhe forem atribuídas por lei ou pelo Comandante;
- d) Manter em constante actualização os dados de situação; e
- e) Facultar a condução das operações pelo Comandante.

Artigo 11º

Estrutura do Centro de Operações da Guarda Nacional

O Centro de Operações tem a seguinte composição:

- a) O Chefe do Centro de Operações;
- b) A Direcção de Planeamento, Operações e Informações;
- c) O Centro de Situação.

Artigo 12º

Chefe do Centro de Operações

Ao Chefe do Centro de Operações compete em especial:

- a) Dirigir e coordenar os trabalhos do Centro;
- b) Estudar e planear o emprego das unidades operacionais da Guarda Nacional ou outras colocadas na sua dependência; e
- c) O que mais lhe for cometido pelo Comandante.

Artigo 13º

Direcção de Planeamento, Operações e Informações

1. A Direcção de Planeamento, Operações e Informações (DPOI) é o órgão de estudo, planeamento e apoio à decisão do Comandante da Guarda Nacional.
2. A DPOI pode ainda desenvolver estudos de planeamento em apoio à estrutura superior das Forças Armadas, mediante orientação superior.
3. A DPOI compreende o director e os núcleos de planeamento, operações e informações.
4. O cargo de Director da DPOI corresponde ao posto de Major.

Artigo 14º

Centro de Situação

1. O Centro de Situação é um órgão de apoio ao comando, o qual é accionado pelo Comandante da Guarda Nacional sempre que o ambiente operacional o justifique.
2. O Centro de Situação destina-se a facilitar e acelerar as acções de comando e estado-maior na condução das operações.
3. O Centro de Situação integra um núcleo permanente mínimo e tem constituição variável, em função da conjuntura operacional específica.

Artigo 15º

Direcção de Logística e Apoio de Serviços

1. A Direcção de Logística e Apoio de Serviço (DLAS) tem por missão assegurar, em matéria de pessoal, logística e apoio de serviços, apoio ao Comando da Guarda Nacional.
2. Compete, em especial, à DLAS:
 - a) Elaborar, planear, coordenar e assegurar as actividades relativas à Guarda Nacional na vertente dos recursos humanos;
 - b) Elaborar, planear, coordenar e assegurar as actividades da Guarda Nacional no que respeita à administração financeira e à execução orçamental da Guarda Nacional, nos termos da lei;
 - c) Elaborar, planear, coordenar e assegurar as actividades atinentes à logística da Guarda Nacional.
3. O cargo de Director de Logística e Apoio de Serviços corresponde ao posto de Major.

Artigo 16º

Gabinete de Apoio do Comando da Guarda Nacional

1. Compete ao Gabinete prestar assistência e assessoria ao Comandante e ao 2º Comandante, bem como, assegurar o apoio administrativo necessário ao correcto funcionamento do Comando, cabendo-lhe, designadamente:
 - a) Elaborar estudos, pareceres e informações de natureza jurídica diversa sobre matérias relevantes, visando contribuir para o processo de tomada de decisão;
 - b) Propor medidas de carácter normativo ou outras que se considerem adequadas, actuando de forma proactiva e preventiva através da avaliação dos riscos jurídicos e de outra natureza no contexto das actividades desenvolvidas pela Guarda Nacional;
 - c) Assegurar o apoio protocolar ao Comando e cuidar das relações públicas;
 - d) Receber, registar, expedir e processar toda a correspondência;
 - e) Encaminhar correspondência classificada de acordo com o estabelecido;
 - f) Manter o arquivo de documentos e correspondências do Comando;

- g) Preparar as reuniões, bem como as viagens do pessoal;
- h) Redigir, sob orientação do Comando, a respectiva Ordem de Serviço e fazer a sua distribuição;
- i) Controlar as movimentações do pessoal de acordo com as decisões superiores e elaborar a respectiva documentação, nomeadamente as Guias de Marcha;
- j) O que mais lhe for cometido pelo Comandante.

2. O cargo de Chefe de Gabinete de Apoio corresponde ao posto de Major.

Artigo 17º

Comandos territoriais

1. Os Comandos Territoriais são órgãos da Guarda Nacional que visam assegurar, na base da sua implantação territorial, a descentralização da acção de comando e têm por competências genéricas formar, aprontar, empregar e manter forças operacionais, convocar, mobilizar, organizar e empregar outras forças, tendo em vista a satisfação das necessidades do sistema de forças nacional, podendo ser-lhes atribuídas missões e outros meios operacionais.

2. Na dependência hierárquica do Comandante da Guarda Nacional, os Comandos Territoriais garantem, nas respectivas áreas de jurisdição, a prontidão das unidades operacionais.

Artigo 18º

Unidade de Operações Especiais

A Unidade de Operações Especiais é uma unidade de intervenção rápida que integra subunidades de especialidades multidisciplinares, destinada a executar um largo espectro de missões de alto risco, em qualquer ponto do território nacional, incluindo operações de contra terrorismo, combate à criminalidade violenta e resposta a crises.

Artigo 19º

Conselho de Comandos

1. O Conselho de Comandos é o órgão consultivo do comandante da Guarda Nacional para os assuntos relativos ao aprontamento, à gestão do pessoal, ao apoio logístico e administrativo e à avaliação dos níveis de prontidão da Guarda Nacional.

2. O Conselho de Comandos tem a seguinte composição:

- a) O Comandante, que preside;
- b) O 2º Comandante;
- c) O Director de Planeamento, Operações e Informações;
- d) O Director de Logística e Apoio de Serviços; e
- g) O Sargento-mor da Guarda Nacional designado pelo Comandante.

3. O Conselho de Comandos reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que convocado pelo comandante.

4. Os comandantes, directores ou chefes dos órgãos referidos no n.º 3 do artigo 6º devem ser regularmente convocados para as reuniões do Conselho de Comandos.

5. Podem participar nas reuniões do Conselho de Comandos outros oficiais convocados pelo comandante.

6. O secretariado das reuniões do Conselho de Comandos é assegurado pelo Gabinete de Apoio do Comando da Guarda Nacional.

Capítulo III

Disposições finais

Artigo 20º

Pessoal

A afectação de pessoal às diversas unidades orgânicas faz-se essencialmente com recurso à mobilidade.

Artigo 21º

Atribuição de unidades

O Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, determinará as unidades a atribuir à Guarda Nacional.

Artigo 22º

Normas de Execução Permanente

1. Normas de Execução Permanente regulam a organização e o funcionamento dos Comandos Territoriais e dos serviços da Guarda Nacional.

2. As Normas de Execução Permanente são aprovadas pelo Comandante da Guarda Nacional.

Artigo 23º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros a 11 de Setembro de 2012.

José Maria Pereira Neves - Jorge Homero Tolentino Araújo

Promulgado em 23 de Novembro de 2012

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

—————ofo—————

Resolução n.º 88/2012

de 7 de Dezembro

A Cimeira Luso-Cabo-verdiana, a qual pretende debater, dentre outros temas, o reforço das relações económico-empresariais entre Portugal e Cabo Verde, realizar-se-á nas Cidades do Mindelo, Ilha de São Vicente, e da Praia, Ilha de Santiago, nos próximos dias 01 a 03 de Dezembro e Cabo Verde, como país anfitrião, deve assumir a totalidade dos custos inerentes à realização do encontro.

Tendo em conta a insuficiência de meios previstos para o efeito, torna-se necessária a mobilização de verba inter-ministerial, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do